

GESTÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: INDICADORES, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

**MANAGEMENT OF STUDENT ASSISTANCE: INDICATORS, PLANNING AND
RESULTS EVALUATION**

Ciências Sociais Aplicadas • 19/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789792294](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789792294)

Rivadávía Souza Costa Júnior¹
Hyngrid Assíria Amorim Costa²
Paulo Roberto Lucio Henrique³
Lawínya Assíria Amorim Costa⁴
Hyasmin Assíria Amorim Costa⁵
Aline Lourenço da Silva Nascimento⁶
Ronny Caiado Azevedo Silva⁷
Wilian Daniel Pires Schmidt⁸
Herbert José Cavalcanti de Souza⁹
Edson Costa Soares¹⁰
Ariane de Maria Silva Alves¹¹
Ivan Menezes Fonseca¹²
Mônica Serrão de Carvalho¹³
Sânio Pessoa Rodrigues¹⁴
Adriane Duarte Amorim Costa¹⁵

RESUMO

Este artigo analisa de que modo indicadores, planejamento e avaliação de resultados podem qualificar a gestão da assistência estudantil nas instituições federais de educação e fortalecer sua contribuição para permanência e êxito acadêmico. Foi desenvolvido uma revisão bibliográfica de caráter integrativo, com artigos em português publicados entre 2019 e 2026, complementada pela legislação vigente e por documentos públicos de avaliação. Os estudos evidenciam efeitos positivos da assistência estudantil sobre permanência, desempenho e equidade, mas apontam fragilidades na institucionalização do monitoramento, na integração de dados, na definição de metas e na avaliação sistemática dos resultados. A análise permitiu propor uma matriz de indicadores envolvendo cobertura, demanda atendida e reprimida, execução orçamentária, tempo de concessão, trajetória acadêmica, retenção, evasão, conclusão e percepção estudantil. Os achados mostram que indicadores isolados não são suficientes para avaliar a efetividade da política, devendo estar vinculados a objetivos, metas, periodicidade, responsáveis e processos de replanejamento. Conclui-se que uma gestão orientada por evidências, associada à participação estudantil e à governança da informação, amplia a capacidade institucional de identificar desigualdades, corrigir fragilidades e direcionar recursos para uma permanência estudantil qualificada.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Gestão educacional; Indicadores; Planejamento; Avaliação.

ABSTRACT

This article analyzes how indicators, planning, and results evaluation can improve student assistance management in federal education institutions and strengthen student persistence and academic success. An integrative bibliographic review was conducted using

Portuguese-language studies published from 2019 to 2026, complemented by current legislation and public evaluation documents. The literature indicates positive effects on persistence, performance, and equity, while revealing weaknesses in monitoring, data integration, target definition, and systematic evaluation. The analysis supports an indicator matrix covering service coverage, met and unmet demand, budget execution, processing time, academic trajectory, retention, dropout, completion, and students' perceptions. The findings show that indicators should be linked to objectives, targets, periodicity, responsible units, and replanning. Evidence-informed management, associated with student participation and information governance, strengthens institutional capacity to identify inequalities, correct weaknesses, and direct resources toward qualified student persistence.

Keywords: Student assistance; Educational management; Indicators; Planning; Evaluation.

1. INTRODUÇÃO

A assistência estudantil consolidou-se como dimensão estratégica da democratização da educação pública porque o ingresso, isoladamente, não assegura permanência nem conclusão com qualidade. A Lei nº 14.914/2024 elevou a política ao plano legal nacional e reafirmou objetivos relacionados à permanência, à redução das desigualdades, da retenção e da evasão e à melhoria do desempenho acadêmico. Esse marco amplia a responsabilidade gerencial das instituições: além de executar benefícios e serviços, torna-se necessário demonstrar quem é alcançado, como os recursos são convertidos em ações e quais mudanças ocorrem na trajetória dos estudantes (Brasil, 2024).

A produção recente mostra, contudo, que a avaliação da assistência estudantil ainda se caracteriza por iniciativas heterogêneas e frequentemente locais. Lima e Mendes (2020) identificaram concentração de estudos em realidades institucionais específicas, enquanto Fava, Hall e Cintra (2022) apontaram escassez de publicações sobre indicadores e predomínio de soluções isoladas. Em análise de universidades federais, Fava e Cintra (2022) também verificaram que a institucionalização de indicadores era limitada. O desafio, portanto, não se restringe a produzir dados, mas a construir uma arquitetura de monitoramento capaz de transformar registros administrativos em evidências úteis para decisão, aprendizagem institucional e prestação de contas.

Nos Institutos Federais, a necessidade de avançar nessa direção tornou-se ainda mais visível. Santos e Mauerberg Junior (2025) encontraram ausência de um sistema estruturado de monitoramento em instituições das cinco regiões brasileiras, além de dificuldades associadas à integração de sistemas, à definição dos indicadores e ao tratamento analítico dos dados. Ao mesmo tempo, estudos empíricos relacionam a assistência a maior permanência e melhor desempenho acadêmico, demonstrando que a avaliação deve ultrapassar a conformidade orçamentária e alcançar resultados educacionais (Araújo *et al.*, 2019; Machado; Oliveira; Freitas, 2020).

Diante desse cenário, pergunta-se: como organizar indicadores, planejamento e avaliação de resultados de modo a fortalecer a gestão da assistência estudantil? Este artigo objetiva analisar a literatura recente sobre monitoramento e avaliação da política e propor uma matriz gerencial aplicável às instituições federais de educação. A relevância do estudo reside na possibilidade de integrar dimensões de cobertura, equidade, trajetória acadêmica,

orçamento, processos e percepção estudantil, vinculando-as ao planejamento institucional. A contribuição esperada é oferecer um referencial que apoie decisões transparentes e melhoria contínua, sem reduzir a assistência estudantil a mecanismos seletivos ou exclusivamente financeiros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Assistência Estudantil Como Política de Permanência e Equidade

A Política Nacional de Assistência Estudantil deve ser compreendida como política educacional de permanência e não apenas como transferência de renda. A Lei nº 14.914/2024 organiza ações que abrangem alimentação, moradia, transporte, acessibilidade, saúde, inclusão digital e outras condições necessárias à continuidade dos estudos, além de prever participação estudantil no acompanhamento e na avaliação. Essa amplitude exige que a gestão identifique necessidades multidimensionais e articule respostas institucionais, pois dificuldades econômicas, pedagógicas e relacionais podem atuar simultaneamente sobre o risco de retenção ou evasão (Brasil, 2024; Abreu; Ximenes, 2021).

Abreu e Ximenes (2021) demonstram que a permanência de estudantes em situação de pobreza é atravessada por dimensões materiais, subjetivas e pedagógicas, o que impede explicações centradas apenas na renda. A falta de recursos, o deslocamento, a necessidade de trabalhar, as condições de estudo e a integração acadêmica compõem uma rede de fatores que afeta o percurso universitário. Nessa perspectiva, permanência qualificada significa criar condições para que o estudante não apenas mantenha

matrícula, mas participe das atividades acadêmicas, avance no currículo e conclua sua formação com oportunidades educacionais efetivas.

Nos Institutos Federais, Soares, Amaral e Ferreira (2022) destacam o caráter educativo das equipes não docentes e mostram que a capacidade institucional depende também da suficiência e da composição dos profissionais envolvidos na assistência. Ferreira e Souza (2023), ao analisarem a implementação do PNAES no IFPA, evidenciam tensões entre crescimento da demanda, recursos disponíveis e capacidade de resposta. Assim, indicadores de resultados precisam ser interpretados em conjunto com indicadores de estrutura e processo, sob risco de responsabilizar estudantes ou equipes por desfechos condicionados por limitações organizacionais e orçamentárias.

A literatura recente reforça que os efeitos da assistência estudantil são relevantes, embora variem conforme contexto, público e desenho institucional. Costa et al. (2026), em revisão integrativa sobre Institutos Federais, identificam contribuição da assistência para redução da evasão e promoção da equidade, mas apontam insuficiência de recursos, alcance limitado e burocratização. Barbosa, Lobregat e Lobão (2023) também demonstram que ampliação do acesso não garante, por si só, permanência e êxito. Para a gestão, isso implica associar cada benefício ou serviço a objetivos educacionais verificáveis e acompanhar a trajetória dos estudantes ao longo do tempo.

2.2. Gestão por Indicadores: Do Dado à Decisão

Indicadores são representações sintéticas de fenômenos complexos e adquirem valor gerencial quando relacionados a objetivos, critérios de interpretação e decisões. Jannuzzi (2005) assinala que sistemas de indicadores devem articular diagnóstico, monitoramento e avaliação, recorrendo tanto a estatísticas existentes quanto a registros produzidos pelos próprios programas. Aplicado à assistência estudantil, esse princípio sugere combinar informações socioeconômicas, acadêmicas, financeiras e administrativas, com definições estáveis de numerador, denominador, periodicidade e unidade responsável. Um dado isolado não constitui, por si só, um indicador de gestão; é necessário explicitar o que mede e qual decisão pretende subsidiar.

Fava e Cintra (2022) analisaram a presença de indicadores nas universidades federais e evidenciaram a necessidade de ampliar e consolidar mecanismos de acompanhamento. Fava, Hall e Cintra (2022), em revisão da literatura, observaram produção ainda escassa e orientada por experiências locais. Esses achados explicam por que instituições podem possuir grande volume de registros e, ao mesmo tempo, baixa capacidade de avaliação. Quando bases acadêmicas, socioeconômicas e financeiras não dialogam, a gestão consegue contabilizar pagamentos ou atendimentos, mas encontra dificuldade para verificar cobertura, desigualdades de acesso, desempenho, retenção, evasão e conclusão dos beneficiários.

Silva, Nunes e Pacheco (2023) identificaram, em dez universidades federais, mecanismos próprios de avaliação com recorrência de indicadores de desempenho acadêmico, retenção, evasão e aplicação de questionários. Essa convergência é importante, porém insuficiente para uma visão completa. A taxa de evasão, por exemplo, precisa ser acompanhada de conclusão no tempo

esperado, retenção, aprovação, satisfação, tempo de processamento dos benefícios e cobertura da demanda elegível. A leitura conjunta evita conclusões simplistas: uma instituição pode executar integralmente o orçamento e, ainda assim, apresentar baixa cobertura, demora na concessão ou resultados educacionais aquém das metas.

Santos e Mauerberg Junior (2025) propõem atenção especial à trajetória acadêmica, à satisfação e à segmentação dos resultados, além de mostrarem que os Planos de Desenvolvimento Institucional podem conter indicadores aproveitáveis para a assistência estudantil. A integração com instrumentos de planejamento reduz duplicidades e permite que a política dialogue com metas institucionais de permanência e êxito. O desenho de painéis deve, portanto, privilegiar um conjunto pequeno de medidas acionáveis, desagregadas quando necessário para revelar desigualdades, com regras de governança, periodicidade e proteção dos dados pessoais.

2.3. Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Resultados

Planejamento e avaliação são partes do mesmo ciclo de gestão. A definição de objetivos antecede a escolha de indicadores, pois somente é possível avaliar resultados quando se conhece a mudança que a política pretende produzir. Fava e Cintra (2023) propõem indicadores para monitoramento da assistência estudantil e ressaltam sua utilidade para acompanhamento e transparência. Na prática, o planejamento deve estabelecer diagnóstico, público prioritário, ações, responsáveis, recursos, metas e periodicidade de verificação. Cada indicador precisa estar associado a uma linha de base e a um parâmetro de desempenho, evitando metas genéricas ou desvinculadas da capacidade institucional.

O monitoramento acompanha a implementação de forma contínua, enquanto a avaliação busca interpretar resultados e, quando o desenho permite, estimar efeitos da política. Machado, Oliveira e Freitas (2020), ao utilizarem estratégia de pareamento para analisar estudantes da Universidade Federal do Rio Grande, mostram a importância de métodos comparativos quando se pretende discutir impacto sobre desempenho acadêmico. Essa distinção é gerencialmente relevante: acompanhar a evolução dos beneficiários informa tendências e riscos, mas não autoriza, isoladamente, afirmar causalidade. Avaliações de impacto exigem desenhos analíticos mais robustos e controle de diferenças entre grupos.

Macedo e Soares (2020) avaliaram a eficácia do PNAES para cotistas da UFPB por dimensões que incluíram qualidade da permanência, gestão dos recursos e relação entre demanda e benefícios. Os resultados favoráveis em uma dimensão e insuficientes em outras demonstram que uma política não deve ser classificada como bem-sucedida ou fracassada com base em um único indicador. A gestão orientada por resultados requer um painel equilibrado, capaz de distinguir insumos, processos, entregas e resultados. Execução orçamentária elevada é condição operacional relevante, mas não substitui evidência de efetividade educacional.

Canal e Figueiredo (2021) mostram que permanência e desempenho estão relacionados a fatores acadêmicos e de integração que extrapolam o recebimento de auxílio. Por isso, o planejamento da assistência deve ser intersetorial, conectando setores de ensino, pedagogia, psicologia, serviço social, saúde, acessibilidade e gestão. Essa conexão permite acionar respostas antes que o risco se converta em evasão. Indicadores funcionam, nesse arranjo, como dispositivos de coordenação: sinalizam prioridades, apoiam busca

ativa, orientam recursos e registram se as intervenções produziram mudanças compatíveis com as metas institucionais.

2.4. Governança, Integração de Dados e Participação Estudantil

A governança da informação é condição para que indicadores sejam comparáveis e confiáveis. Santos e Mauerberg Junior (2025) relatam dificuldades decorrentes de sistemas desconectados, ausência de definições claras e grande volume de dados pouco tratados. Para superar esse problema, recomenda-se um dicionário institucional de indicadores, com fórmula, fonte, periodicidade, responsável, nível de desagregação e regra de qualidade. O mesmo estudante deve ser reconhecido de maneira consistente entre sistemas acadêmicos, editais e registros financeiros, respeitando requisitos de segurança e privacidade. Sem padronização, diferenças de conceito podem ser confundidas com mudanças reais de desempenho.

A Lei nº 14.914/2024 fortalece essa agenda ao instituir um sistema nacional de informações e controle e ao prever mecanismos institucionais de acompanhamento e avaliação. A norma também determina participação estudantil na formulação, execução, monitoramento e avaliação das ações. Isso desloca a percepção do usuário de mera fonte de satisfação para ator da governança. Questionários, grupos de escuta, representações estudantis e análise de reclamações podem qualificar indicadores quantitativos, explicando por que determinado programa apresenta baixa adesão, demora, barreiras de acesso ou efeitos distintos entre campi e perfis de estudantes (Brasil, 2024).

O Tribunal de Contas da União, em auditoria sobre o PNAES nas universidades federais, apontou fragilidades de acompanhamento e

avaliação da implementação, reforçando a necessidade de gestão baseada em resultados e não apenas em conformidade (TCU, 2024). Esse diagnóstico converge com a literatura acadêmica: mecanismos de controle são necessários, mas não suficientes para compreender efeitos educacionais. O desenho de governança deve diferenciar auditoria, monitoramento e avaliação, preservando a complementaridade entre eles e evitando que o controle do gasto ocupe o espaço da análise de permanência, equidade e conclusão.

A participação e a transparência completam o ciclo porque permitem interpretar os números e legitimar prioridades. Resultados devem ser comunicados em linguagem acessível, com séries históricas, metas e notas metodológicas, sem exposição de dados individuais. O retorno periódico às equipes e aos estudantes transforma o indicador em ferramenta de aprendizagem institucional. Nesse sentido, a gestão da assistência estudantil torna-se mais responsiva quando combina evidências quantitativas, avaliação qualitativa e decisão colegiada, registrando os motivos do replanejamento e os efeitos esperados para o período seguinte.

3. METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como revisão bibliográfica de caráter integrativo, com abordagem qualitativa e finalidade analítico-propositiva. A opção pela revisão integrativa permite reunir pesquisas com diferentes delineamentos e discutir conjuntamente evidências sobre gestão, monitoramento, avaliação, permanência e desempenho. O recorte temporal principal compreendeu publicações de 2019 a 2026, período em que se intensificaram análises empíricas e propostas de indicadores voltadas à assistência estudantil. Para sustentação conceitual sobre indicadores,

incorporou-se Jannuzzi (2005), reconhecido como referência anterior ao recorte, sem que essa inclusão alterasse o foco em literatura recente.

A busca bibliográfica considerou artigos em português disponíveis em SciELO/Educ@, periódicos científicos nacionais e portais institucionais de revistas, empregando combinações dos termos “assistência estudantil”, “PNAES”, “indicadores”, “monitoramento”, “avaliação”, “planejamento”, “permanência”, “evasão” e “desempenho acadêmico”. Como fontes documentais complementares foram utilizados a Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil, e o relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União relacionado à implementação do PNAES. A legislação e o documento de controle foram empregados para contextualizar exigências atuais de governança e avaliação.

Foram priorizados estudos diretamente relacionados à educação pública federal e à capacidade de gestão da assistência, incluindo análises de universidades e Institutos Federais. Excluíram-se textos sem relação com acompanhamento de resultados, publicações opinativas e materiais duplicados. O corpus analítico concentrou estudos que abordavam, ao menos, uma das seguintes dimensões: indicadores, mecanismos de avaliação, efeitos sobre permanência ou desempenho, capacidade institucional, implementação e articulação entre demanda e recursos. A seleção final foi organizada em matriz de extração com autoria, ano, contexto, método e contribuição para a gestão.

A análise ocorreu por síntese temática, agrupando os achados em quatro eixos: indicadores e qualidade da informação; planejamento e ciclo de gestão; resultados educacionais e permanência;

governança, capacidade institucional e participação. A partir da convergência entre esses eixos, elaborou-se uma matriz de indicadores e um ciclo integrado de gestão. As proposições apresentadas não constituem padrão oficial nacional; tratam-se de síntese aplicada da literatura e dos dispositivos legais, destinada a apoiar adaptação institucional conforme objetivos, sistemas de informação e características dos estudantes atendidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Síntese das Evidências Sobre Gestão e Avaliação

A literatura analisada apresenta convergência em dois pontos: a assistência estudantil produz efeitos relevantes sobre permanência e desempenho, mas os mecanismos de avaliação permanecem desiguais entre instituições. Araújo *et al.* (2019) observaram maior permanência entre beneficiários no IFCE, e Machado, Oliveira e Freitas (2020) encontraram efeito positivo dos benefícios sobre desempenho acadêmico na FURG. Em contraste, Lima e Mendes (2020) evidenciaram predominância de avaliações localizadas, indicando dificuldade de produzir interpretações comparáveis em escala mais ampla. O Quadro 1 sintetiza achados diretamente úteis ao desenho gerencial.

Quadro 1. Síntese de estudos e contribuições para a gestão da assistência estudantil

Autor/ano	Contexto	Contribuição gerencial
Araújo <i>et al.</i> (2019)	IFCE, estudo quanti-qualitativo	Maior permanência entre beneficiários; reforça o uso de indicadores de trajetória.

Lima e Mendes (2020)	Revisão de estudos sobre avaliação do PNAES	Avaliações predominantemente locais; necessidade de abordagens mais comparáveis.
Macedo e Soares (2020)	UFPB, avaliação de eficácia	Resultados distintos entre permanência, gestão de recursos e relação demanda-benefício.
Machado, Oliveira e Freitas (2020)	FURG, avaliação quantitativa com pareamento	Efeito positivo sobre desempenho; evidencia diferença entre monitoramento e avaliação de impacto.
Abreu e Ximenes (2021)	Duas universidades públicas, análise psicossocial	Permanência envolve dimensões materiais, subjetivas e pedagógicas.
Fava, Hall e Cintra (2022)	Revisão sistemática	Produção escassa sobre indicadores e predominância de iniciativas locais.
Fava e Cintra (2022)	Universidades federais	Baixa consolidação de indicadores de assistência estudantil.
Silva, Nunes e Pacheco (2023)	Dez universidades federais	Uso recorrente de desempenho, retenção, evasão e questionários.
Fava e Cintra (2023)	Proposta de indicadores	Estrutura indicadores para monitoramento, avaliação e transparência.
Santos e Mauerberg Junior (2025)	Cinco Institutos Federais	Ausência de sistema estruturado; dificuldades de integração e definição de indicadores.
Costa <i>et al.</i> (2026)	Revisão integrativa em Institutos Federais	Contribuição para permanência e equidade, com desafios de recursos, alcance e burocracia.

Fonte: elaboração própria com base nos estudos analisados (2019–2026).

O quadro revela que a literatura migrou de avaliações centradas em casos isolados para discussões mais explícitas sobre sistemas de indicadores, embora a institucionalização permaneça incompleta. Fava e Cintra (2023) oferecem contribuição operacional ao propor indicadores para implantação, e Silva, Nunes e Pacheco (2023) identificam elementos comuns já utilizados pelas universidades. A aproximação entre experiências indica a possibilidade de um núcleo mínimo de medidas comparáveis, preservando indicadores específicos para particularidades locais. Esse equilíbrio é importante para que a padronização não elimine a capacidade de responder a necessidades de cada campus.

Também se observa que resultados educacionais não podem ser analisados sem condições de implementação. Ferreira e Souza (2023) mostram limites relacionados aos recursos na implementação do PNAES no IFPA, enquanto Soares, Amaral e Ferreira (2022) evidenciam a relevância da capacidade das equipes. Esses achados sugerem que uma boa avaliação deve responder simultaneamente se a política alcança o público, se é executada em tempo adequado, se dispõe de estrutura suficiente e se produz mudanças na trajetória acadêmica. A ausência de qualquer uma dessas dimensões pode levar a interpretações parciais.

A síntese reforça, ainda, que a permanência deve ser tratada como processo e não como fotografia de matrícula. Costa *et al.* (2026) e Moraes (2023) enfatizam a relação entre condições de vida e condições institucionais, enquanto Barbosa, Lobregat e Lobão (2023) apontam a necessidade de ações estratégicas para permanência e

êxito. Dessa forma, o acompanhamento deve ocorrer por coortes e períodos, registrando mudanças de situação acadêmica, interrupções, retenção, conclusão e participação nas ações, em vez de limitar-se à contagem anual de beneficiários.

4.2. Matriz de Indicadores Estratégicos

Com base nas convergências encontradas, propõe-se uma matriz que combina indicadores de cobertura, processo, orçamento, trajetória, resultados e experiência estudantil. A proposta parte do princípio de que cada medida deve estar vinculada a uma pergunta gerencial. Cobertura responde se a política chega a quem precisa; tempo de concessão informa se a resposta ocorre no momento necessário; trajetória mostra o que acontece com os beneficiários; satisfação e escuta qualitativa ajudam a interpretar barreiras que os registros administrativos não explicam. O Quadro 2 apresenta indicadores prioritários e formas de mensuração adaptáveis a cada instituição.

Quadro 2. Matriz proposta de indicadores para gestão da assistência estudantil

Dimensão/indicador	Forma de cálculo ou evidência	Periodicidade de	Uso gerencial
Cobertura da demanda elegível	$\frac{\text{Beneficiários atendidos}}{\text{estudantes elegíveis}} \times 100$	Semestral	Dimensiona alcance e demanda não atendida.
Atendimento das solicitações elegíveis	$\frac{\text{Contemplados}}{\text{requerentes elegíveis}} \times 100$	Por edital	Evidencia capacidade de resposta frente à procura.

Tempo de concessão	Mediana de dias entre solicitação completa e início do benefício	Por edital	Avalia tempestividade do processo.
Execução orçamentária	$\text{Despesa liquidada} \div \text{dotação atualizada} \times 100$	Mensal/trimestral	Monitora capacidade de execução, sem confundir gasto com resultado.
Permanência dos beneficiários	$\text{Beneficiários matriculados ao fim do período} \div \text{beneficiários acompanhados} \times 100$	Semestral/anual	Acompanha continuidade da trajetória.
Evasão dos beneficiários	$\text{Beneficiários evadidos} \div \text{beneficiários acompanhados} \times 100$	Semestral/anual	Sinaliza perda de vínculo e necessidade de análise de causas.
Retenção	$\text{Beneficiários além do tempo/carga esperada} \div \text{beneficiários da coorte} \times 100$	Anual	Identifica atraso acadêmico e necessidade de apoio.
Conclusão no tempo esperado	$\text{Concluintes no prazo} \div \text{beneficiários com ciclo encerrado} \times 100$	Por coorte	Avalia êxito e duração da trajetória.
Desempenho acadêmico	Taxa de aprovação ou indicador institucional de rendimento dos beneficiários	Semestral	Acompanha progresso e permite comparação temporal.
Satisfação e adequação	Escore de questionário +	Anual	Qualifica a interpretação dos

	análise qualitativa de comentários		indicadores administrativos.
--	---------------------------------------	--	---------------------------------

Fonte: elaboração própria a partir de Jannuzzi (2005), Fava e Cintra (2023), Silva, Nunes e Pacheco (2023) e Santos e Mauerberg Junior (2025).

A matriz deve ser aplicada com regras de desagregação que permitam verificar equidade entre campi, modalidades e grupos priorizados pela política, sempre observando proteção de dados e limites de inferência. Santos e Mauerberg Junior (2025) defendem atenção à segmentação e à trajetória acadêmica; a Lei nº 14.914/2024, por sua vez, estabelece públicos e objetivos que exigem monitoramento sensível às desigualdades. O essencial é evitar médias que ocultem bolsões de baixa cobertura ou desempenho. Em unidades pequenas, a divulgação pública deve agregar categorias para reduzir risco de identificação individual.

A comparação entre beneficiários e não beneficiários pode ser informativa, mas precisa considerar diferenças socioeconômicas e acadêmicas preexistentes. Machado, Oliveira e Freitas (2020) utilizaram pareamento justamente para tornar grupos mais comparáveis antes de estimar efeitos sobre desempenho. Em painéis rotineiros, recomenda-se tratar comparações simples como sinais para investigação, não como prova causal. Séries históricas, análise por corte e mudanças antes e depois do atendimento também ampliam a leitura, especialmente quando combinadas com entrevistas ou questionários que expliquem os mecanismos por trás dos resultados.

Outro cuidado consiste em equilibrar indicadores de resultado com medidas de processo. Uma redução de evasão pode ocorrer com

atraso e não capturar dificuldades imediatas de acesso ao benefício; por isso, tempo de concessão, atendimento da demanda e execução devem ser acompanhados em periodicidade menor. Já conclusão e retenção exigem janelas temporais mais longas. O painel gerencial deve respeitar essa diferença de ritmo para evitar cobranças prematuras e, ao mesmo tempo, detectar rapidamente falhas operacionais que comprometem os resultados futuros.

4.3. Planejamento e Ciclo Integrado de Avaliação

Os indicadores tornam-se efetivos quando incorporados a um ciclo explícito de planejamento. O diagnóstico inicial identifica perfil, demanda reprimida, distribuição territorial e riscos de trajetória; em seguida, metas e recursos são definidos no plano anual e articulados ao PDI. A execução produz registros padronizados, que alimentam monitoramento periódico e avaliações mais abrangentes. Essa lógica aproxima a assistência da gestão por resultados e evita que o planejamento se encerre na publicação de editais. Fava e Cintra (2023) e Jannuzzi (2005) sustentam a utilidade de sistemas de indicadores conectados ao ciclo de políticas.

Figura 1. Ciclo integrado de gestão da assistência estudantil baseado em evidências



Fonte: elaboração própria a partir de Jannuzzi (2005), Fava e Cintra (2023), Santos e Mauerberg Junior (2025) e Brasil (2024).

A Figura 1 evidencia que avaliação não representa etapa terminal, mas mecanismo de retroalimentação. Os resultados precisam produzir decisões documentadas: ampliar cobertura, ajustar critérios, reduzir etapas burocráticas, reforçar ações acadêmicas, modificar cronogramas ou redistribuir recursos. Quando um indicador se afasta da meta, a equipe deve registrar hipótese explicativa, ação corretiva, responsável e prazo de nova verificação. Esse procedimento cria memória institucional e reduz decisões baseadas apenas em percepção. A transparência do replanejamento também permite que estudantes compreendam como sua participação influencia mudanças na política.

A periodicidade deve variar conforme a natureza da informação. Indicadores de orçamento e tempo de concessão podem ser acompanhados mensalmente ou por edital; cobertura e desempenho, ao final de cada período letivo; retenção, evasão e conclusão, por coortes; satisfação e avaliação qualitativa, ao menos anualmente. A combinação desses tempos produz uma visão

equilibrada entre alerta precoce e avaliação de resultados consolidados. Santos e Mauerberg Junior (2025) mostram que a ausência de sistemas estruturados limita justamente essa continuidade, levando o acompanhamento a depender de ações pontuais ou demandas de controle.

Para apoiar a tomada de decisão, recomenda-se que o painel institucional apresente meta, valor atual, tendência, desagregação essencial, fonte e responsável, acompanhado de nota interpretativa. A leitura deve ocorrer em reuniões periódicas intersetoriais, não apenas em setores de assistência. Canal e Figueiredo (2021) demonstram que permanência envolve variáveis acadêmicas e de integração; portanto, respostas a sinais de risco exigem coordenação com ensino e acompanhamento pedagógico. O indicador cumpre sua finalidade quando aciona uma decisão e permite verificar, posteriormente, se a intervenção produziu melhoria.

4.4. Desafios de Implementação e Agenda de Aprimoramento

O primeiro desafio é a qualidade e integração dos dados. Sistemas acadêmicos, socioeconômicos e financeiros frequentemente operam com estruturas distintas, o que dificulta acompanhar o mesmo estudante ao longo da política. Santos e Mauerberg Junior (2025) identificam esse problema nos Institutos Federais. A resposta gerencial inclui padronizar identificadores, construir dicionário de dados, definir regras de atualização e realizar auditorias de consistência. Antes de ampliar o número de indicadores, é preferível garantir confiabilidade de um núcleo essencial, pois painéis extensos com bases frágeis aumentam a aparência de controle sem melhorar a decisão.

O segundo desafio é a capacidade institucional. Soares, Amaral e Ferreira (2022) evidenciam que a efetivação das políticas depende do quantitativo e da atuação das equipes, enquanto Ferreira e Souza (2023) discutem limites de recursos frente à demanda. Indicadores de carga de trabalho, demanda não atendida e tempo de concessão podem tornar essas restrições visíveis ao planejamento superior. Esse uso é importante para que a mensuração não seja convertida em instrumento de responsabilização individual, mas em evidência para dimensionamento de pessoal, aperfeiçoamento de processos e negociação orçamentária.

O terceiro desafio é avaliar efetividade sem atribuir causalidade indevida. Resultados de permanência e rendimento dependem de múltiplos fatores; por isso, avaliações mais ambiciosas devem utilizar desenhos comparativos, análise longitudinal e métodos adequados às bases disponíveis. Machado, Oliveira e Freitas (2020) ilustram uma estratégia quantitativa de comparação, enquanto Abreu e Ximenes (2021) mostram a importância de compreender dimensões subjetivas e pedagógicas. A agenda mais consistente combina métodos: indicadores administrativos sinalizam padrões, técnicas quantitativas testam associações ou efeitos e abordagens qualitativas explicam experiências e mecanismos.

Por fim, a participação estudantil e a utilização efetiva dos resultados precisam ser institucionalizadas. A Lei nº 14.914/2024 confere centralidade ao acompanhamento e à avaliação participativa, enquanto o TCU (2024) reforça a necessidade de aprimorar mecanismos de avaliação. A gestão pode responder a essas exigências com comitês de acompanhamento, devolutivas anuais, relatórios sintéticos e revisão periódica de metas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão da assistência estudantil torna-se mais consistente quando planejamento, monitoramento e avaliação são compreendidos como partes de um mesmo ciclo decisório. O objetivo deste estudo foi alcançado ao sistematizar evidências recentes e demonstrar que a qualidade da gestão depende de indicadores capazes de traduzir não apenas a execução das ações, mas também seus efeitos sobre a trajetória acadêmica. A matriz proposta reúne dimensões de cobertura, demanda, processos, orçamento, permanência, desempenho, retenção, evasão, conclusão e percepção estudantil, permitindo uma leitura mais ampla dos resultados. Essa abordagem reduz o risco de avaliações centradas exclusivamente no gasto realizado e favorece a compreensão da assistência estudantil como política educacional de permanência, equidade e êxito.

A utilização dos indicadores exige critérios metodológicos e administrativos claramente definidos. Cada medida deve apresentar objetivo, fórmula, fonte de dados, periodicidade, responsável, parâmetro de comparação e meta institucional, de modo que a informação produzida possa subsidiar decisões concretas. Indicadores operacionais, como tempo de análise dos auxílios, cobertura e demanda reprimida, permitem identificar gargalos imediatos, enquanto indicadores de trajetória acadêmica oferecem evidências de médio e longo prazo. A integração entre sistemas acadêmicos, socioeconômicos e financeiros é essencial para acompanhar coortes e reconhecer padrões de vulnerabilidade, evitando interpretações simplificadas. A avaliação de resultados deve considerar diferenças entre grupos e contextos, especialmente quando se pretende inferir efeitos associados às ações de assistência.

A consolidação de uma gestão orientada por evidências também depende de governança institucional, qualificação das equipes e participação dos estudantes. Painéis, relatórios e séries históricas somente produzem valor quando são analisados coletivamente, relacionados às metas institucionais e convertidos em ações de aperfeiçoamento. A participação estudantil amplia a capacidade de interpretar os números a partir das experiências concretas de permanência e permite identificar necessidades que os indicadores quantitativos, isoladamente, podem não revelar. Nesse sentido, a mensuração deve servir à ampliação da efetividade da política, à identificação de desigualdades e à priorização de recursos, sem transformar indicadores em mecanismos de restrição de direitos. Avaliar significa produzir conhecimento para qualificar decisões e fortalecer o caráter educacional da assistência estudantil.

Como limitação, a revisão concentrou-se predominantemente em estudos brasileiros publicados em português e em experiências da educação pública federal, não abrangendo integralmente a diversidade de modelos de assistência estudantil existentes. Pesquisas futuras podem validar a matriz proposta em diferentes instituições, campi e modalidades de ensino, desenvolver estudos longitudinais, combinar métodos quantitativos e qualitativos e examinar a relação entre assistência, permanência, saúde, aprendizagem e conclusão. Também se mostra relevante avançar na construção de parâmetros comparáveis em âmbito nacional, preservando as particularidades locais e regionais. O fortalecimento de sistemas de informação, rotinas de avaliação e espaços participativos pode contribuir para que a assistência estudantil evolua de uma lógica predominantemente operacional para uma gestão estratégica, transparente e orientada por resultados educacionais socialmente relevantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Moraes. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 32, e200067, 2021. DOI: [10.1590/0103-6564e200067](https://doi.org/10.1590/0103-6564e200067).

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo; CORRÊA, Denise Maria Moreira Chagas. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, v. 24, n. 3, p. 722-743, 2019. DOI: [10.1590/S1414-40772019000300009](https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300009).

BARBOSA, Lorena Rodrigues; LOBREGAT, Maria Cristina; LOBÃO, Mario Sérgio Pedroza. Lei de cotas e assistência estudantil no Instituto Federal do Acre: análise das taxas de permanência e êxito nos cursos do ensino médio integrado (Campus Rio Branco). *Revista Vértices*, Campos dos Goytacazes, v. 25, n. 3, e25320745, 2023. DOI: [10.19180/1809-2667.v25n32023.20745](https://doi.org/10.19180/1809-2667.v25n32023.20745).

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [Base de Legislação da Presidência da República](#). Acesso em: 9 set. 2026.

CANAL, Cláudia Patrocínio Pedroza; FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos. Permanência na educação superior pública: experiência de Política de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico de estudantes. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 11, p. 1-20, 2021. DOI: [10.35699/2237-5864.2021.24242](https://doi.org/10.35699/2237-5864.2021.24242).

COSTA, Adriane Duarte Amorim et al. Assistência estudantil e permanência acadêmica nos Institutos Federais: revisão integrativa. *Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 14, p. 702-710, 2026. DOI: [10.5281/zenodo.20563754](https://doi.org/10.5281/zenodo.20563754).

FAVA, Helder de Lima; CINTRA, Renato Fabiano. Avaliação e monitoramento da assistência estudantil nas Universidades Federais no Brasil: proposta de indicadores para implantação. *Revista Administração em Diálogo - RAD*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 104-120, 2023. DOI: [10.23925/2178-0080.2023v25i1.57788](https://doi.org/10.23925/2178-0080.2023v25i1.57788).

FAVA, Helder de Lima; CINTRA, Renato Fabiano. Indicadores na Assistência Estudantil: análise nas Universidades Federais Brasileiras. *Revista Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 28, e12649, 2022. DOI: [10.5020/2318-0722.2022.28.e12649](https://doi.org/10.5020/2318-0722.2022.28.e12649).

FAVA, Helder de Lima; HALL, Rosemar José; CINTRA, Renato Fabiano. Indicadores na assistência estudantil: o que a literatura “diz”? *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 16, 2022. DOI: [10.5380/jpe.v16i0.83591](https://doi.org/10.5380/jpe.v16i0.83591).

FERREIRA, Maria Cristina Afonso; SOUZA, Maria de Fátima Matos de. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Pará no período de 2012 a 2021. *Revista Exitus*, Santarém, v. 13, e023050, 2023. DOI: [10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2338](https://doi.org/10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2338).

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005. DOI: [10.21874/rsp.v56i2.222](https://doi.org/10.21874/rsp.v56i2.222).

LIMA, Wandilson Alisson Silva; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 25, n. 1, p. 199-218, 2020. DOI: [10.1590/S1414-407720200001000011](https://doi.org/10.1590/S1414-407720200001000011).

MACEDO, Geórgia Dantas; SOARES, Swamy de Paula Lima. Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 25, n. 2, p. 439-457, 2020. DOI: [10.1590/S1414-40772020000200011](https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000200011).

MACHADO, Gabriel Costeira; OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de; FREITAS, Tiaraju Alves de. Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 55, p. 27-60, jul./set. 2020. DOI: [10.38116/ppp55art2](https://doi.org/10.38116/ppp55art2).

MORAES, Patricia Maccarini. Análises sobre a permanência estudantil nos Institutos Federais de Educação. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 48, e123541, 2023. DOI: [10.1590/2175-6236123541vs01](https://doi.org/10.1590/2175-6236123541vs01).

SANTOS, Jéssica Cristina Pereira; MAUERBERG JUNIOR, Arnaldo. Como a assistência estudantil está sendo monitorada em institutos federais? Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 36, e11723, 2025. DOI: [10.18222/ea.v36.11723](https://doi.org/10.18222/ea.v36.11723).

SILVA, Luciana Sampaio da; NUNES, Rogério da Silva; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Mecanismos de avaliação das políticas de

⁴ Universidade Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4196-2345>

⁵ Instituto Federal de Alagoas –Maceió – Alagoas – Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4684-4473>

⁶ Instituto Federal de Alagoas –Maceió – Alagoas – Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6299-1536>

⁷ Instituto Federal do Piauí – Terezina – Piauí – Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9152-949X>

⁸ Instituto Federal do Piauí – Terezina – Piauí – Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4726-2103>

⁹ Instituto Federal da Paraíba – João Pessoa– Paraíba – Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6173-0926>

¹⁰ Universidade Tecnológica Intercontinental – Assunção – Paraguai. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7217-5486>

¹¹ Universidade Tecnológica Intercontinental – Assunção – Paraguai. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8427-1030>

¹² Universidade Tecnológica Intercontinental – Assunção – Paraguai. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7492-616X>

¹³ Universidade Tecnológica Intercontinental – Assunção – Paraguai.

E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID:

<https://orcid.org/0009-0003-6862-8419>

¹⁴ Universidade Estadual do Piauí – Teresina – Piauí – Brasil. E-mail:

[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID:

<https://orcid.org/0009-0000-9418-6915>

¹⁵ Instituto Federal de Alagoas – Maceió – Alagoas – Brasil. E-mail:

[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID:

<https://orcid.org/0009-0009-1211-0227>